

Receitas Regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de preparo historiográfico

Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

“uma cozinha em crise significa uma civilização inteira em perigo: o perigo de descaracterizar-se. As novas gerações de moças já não sabem, entre nós, a não ser entre a gente mais modesta, fazer um doce ou um guisado tradicional e regional. Já não têm gosto nem tempo para ler os velhos livros de receita da família. Quando a verdade é que, depois dos livros de missa, são os livros de receita de doces e de guisados os que devem receber das mulheres leitura mais atenta. O senso de devoção e a obrigação devem completar-se nas mulheres do Brasil, tornando-as boas cristãs e, ao mesmo tempo, boas quituteiras, para assim criarem melhor os filhos e concorrerem para a felicidade nacional. Não há povo feliz quando às mulheres falta a arte culinária. É uma falta tão grave como a da fé religiosa. (Freyre, Gilberto. *Manifesto Regionalista*, pp. 72-73.)

Este é um saboroso trecho do *Manifesto Regionalista*, publicado por Gilberto Freyre em 1952, mas cujas idéias já haviam sido expostas numa conferência sobre a culinária regional proferida quando da realização, na cidade do Recife, em 1926, do Congresso Regionalista, realização máxima do Centro Regionalista do Nordeste, criado por Freyre e um grupo de intelectuais e políticos de Pernambuco e dos estados vizinhos no ano de 1924. Aliás, os regionalistas e tradicionalistas, como se designavam, reuniam-se todas as terças-feiras, a partir das 17 horas, na casa do Sr. Odilon Nestor, “em volta da mesa do chá com sequilhos e doces tradicionais da região”¹, devidamente preparados por mãos de sinhás, para discutirem os problemas regionais. Câmara Cascudo, em carta enviada a Freyre, lembra que em uma de suas visitas ao Centro Regionalista, presenciou

¹ FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1976, p. 54.

o Sr. Nestor indigestar-se após comer regionalisticamente nove beijos secos². O Congresso Regionalista realizou-se de 07 a 11 de fevereiro de 1926, em pleno carnaval, e sua programação, como não poderia deixar de ser, previa, além de uma sessão na Faculdade de Direito do Recife, onde o Dr. Moraes Coutinho faria o discurso de abertura, visitas a sítios, igrejas, edifícios públicos de interesse artístico ou histórico, visitas a Olinda e a outros municípios próximos ao Recife, um almoço aos congressistas no salão de conferências do Departamento de Saúde e Assistência, e um jantar de encerramento que, por sugestão do Sr. Plácido Barbosa, seria rigorosamente regionalista.³

O sociólogo glutão parecia não perder oportunidades de regalar o seu avantajado apetite. A pregação regionalista parecia ser apenas um pretexto para ele se esfalfar com os quitutes ditos regionais. Talvez, por isso, seu mal humorado primo e poeta, João Cabral de Melo Neto⁴, tenha chamado sua obra de sociologia de sobremesa. Mas será este interesse pelos esquisitos acepipes da culinária regional uma mera curiosidade ou esquisitice de nosso sociólogo pernambucano ou com estas atitudes Freyre procurava denotar uma dada maneira de entender e pensar o regional? Não seriam estas atitudes, estes gestos carregados de simbolismo, uma maneira de indiciar o regionalismo, um modo de preparo das subjetividades e dos corpos para serem regionais, para além de uma campanha dirigida para formar uma consciência regional? Freyre sempre pareceu desconfiar dos discursos dirigidos apenas à razão. Sua obra historiográfica se empenhou não apenas em pensar o Brasil e suas regiões, mas tentou torná-los sensíveis, palpáveis, através da exploração de imagens e recursos narrativos dirigidos à sensibilidade do leitor, explorando o que Gaston Bachelard⁵ chamou de imaginação material, ou seja, a capacidade humana de preparar imagens poética a partir do contato de seus sentidos com as coisas, com o que Paul Ricouer⁶ chamaria de mundo que nos cerca e envolve. O regional para Freyre era, antes de tudo, uma dada sensibilidade, uma dada maneira de viver, uma estilística da existência, de clara inspiração aristocrática. Ele procura

² Carta de Luís da Câmara Cascudo à Gilberto Freyre, datada de 1940 (Acervo Fundação Casa de Gilberto Freyre).

³ N/a. 1º Congresso Regionalista do Nordeste. Recife: *Diário de Pernambuco*, 31 de janeiro de 1926, p. 1, c. 2.

⁴ MELO NETO, João Cabral de. O Cão sem Plumas. In: *Os Melhores Poemas*. São Paulo: Global, 1985, pp. 45-47.

⁵ BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

⁶ RICOUER, Paul. *Teoria da Interpretação*. Lisboa: Edições 70, 1976.

construir um modo de ser regional, mais do que simplesmente uma forma de consciência regional.

O historiador português José Mattoso, ao definir o que seria uma história regional ou local, diz ser aquela que procura abordar os indivíduos nos círculos humanos a que pertencem, ou em que querem inserir-se, nos quais se apóiam para subsistir, para se realizar, para cumprir os seus desejos ou se sentirem felizes. Ela partiria, pois, da atitude vivencial do homem perante o mundo, a terra, o espaço: ela deveria ser o estudo da relação entre o homem e o espaço habitado que o rodeia⁷. Reencontramos nesta definição do que seria as particularidades da história regional e local certas idéias que já se encontravam na pregação regionalista freyreana: a idéia de que o regional ou o local seria o lugar da experiência cotidiana e imediata dos homens, seria um lugar para ser pensado existencialmente, lugar com o qual os homens manteriam vínculos afetivos e emocionais, lugar de radicação das memórias e das tradições, lugar que serviria de mediador para o acesso e para a relação com recortes e identidades espaciais mais vastas, como: outras regiões, a nação e o estrangeiro, lugar, portanto, não ameaçador, não desconhecido, lugar familiar, a própria casa dos homens, portanto, nada mais normal que seja um lugar ligado a e definido pelas próprias operações cotidianas e rotineiras, as próprias operações que se passam no interior de uma casa ou de uma família: a região ou o local seria o lugar de nascimento ou da morte, o lugar de uma dada maneira de comer ou de beber, o lugar de uma dada forma de vestir, de falar, de cantar e de contar, de se divertir, de crer e de ser. O regional seria certa forma de estar aí no mundo que definiria, por sua vez, certa forma de ser, conjunto de práticas discursivas ou não que constituiriam uma dada forma de, inclusive, ser feliz, reivindicada como uma aspiração do homem, tanto por Freyre quanto por Mattoso.

O texto do historiador português, ao tratar das regras metodológicas que deveriam presidir os estudos de história regional e local, uma espécie de receita para a escrita da historiografia regional, reproduz, em linhas gerais, os procedimentos de pesquisa seguidos pelos historiadores ligados à tradição da Escola dos Annales, em suas chamadas monografias regionais. O trabalho do historiador regional deveria começar pela caracterização do espaço escolhido, embora não se discuta, justamente, o critério de escolha deste espaço. Cabendo ainda perguntar-se se um espaço é escolhido pelo

⁷ MATTOSO, José. *A Escrita da História: teoria e métodos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988, p. 169.

historiador ou demarcado por ele? A idéia de escolha pressupõe a preexistência de um recorte espacial em relação ao texto do historiador, que apenas o descreveria, o relataria. E continua, este “seria o primeiro contato com o cenário onde tudo vai se passar”⁸. O espaço, pois, é tomado como mero cenário onde se desenrolam os acontecimentos históricos, um ingrediente passivo na construção da história. Ele, o espaço, como também a região não são pensados como acontecimentos históricos, apenas exerceriam funções históricas à medida que as condicionariam, que lhes serviriam de suporte. A flecha do tempo, a historicidade não estaria presente no relevo, na altitude, na natureza e na constituição do solo e de suas capacidades, na eventual proximidade do mar, no curso dos rios, nas temperaturas, no regime de ventos e de chuvas. Eles são tomados como elementos a-históricos que condicionariam a ocupação humana, a relação do homem com a terra, relação fundante da historicidade dos espaços.

O estudo da demografia de uma dada região, de suas formas de ocupação humana seria o segundo momento do trabalho do historiador regional, o segundo ingrediente a ser acrescentado à análise da história regional. Deveria se averiguar que povos para lá confluíram, que etnias formaram a população deste território, que sucessivas levas de ocupação humana aí se sobrepuseram, que caldeamentos étnicos e culturais aí se processaram, para, em seguida, averiguar como estes homens se adaptaram às condições materiais, ou delas foram capazes de tirar partido, e a influência que ambos estes fatores tiveram sobre a evolução e distribuição dos aglomerados habitacionais ao longo dos séculos. Não esquecendo a contribuição das imigrações e emigrações para o movimento da população, como esta pôde vir a aumentar ou diminuir dependendo de condições favoráveis ou adversas que vieram a enfrentar. A relação dos homens com a terra e com seus recursos, por sua vez, poderia condicionar ou explicar formas ou estruturas de parentesco, índices de natalidade e mortalidade, tornando visível a relação entre fenômenos de parentesco e recursos materiais disponíveis⁹.

Deveria, ainda, ser feita a análise das formas de consumo dos recursos que o homem aí encontrou, bem como das formas de organização que o homem adotou para produzir o seu sustento, que tipo de cultivos, de atividades, de exploração dos recursos foram aí desenvolvidos. Em seguida buscar identificar como esta organização para a

⁸ MATTOSO, José. *Op. Cit.* p. 171.

⁹ MATTOSO, José. *Op. Cit.*, p. 172.

produção estrutura uma dada ordem social, como os indivíduos mais fortes começariam por se apropriarem das áreas mais férteis, desenvolvendo técnicas que terminariam por dar a eles superioridade econômica e social. Identificar, ainda, como a apropriação de um maior excedente de produção resulta num poder que se estende ao controle do trabalho de outros homens e como a progressiva divisão do trabalho que daí resulta termina por distribuir novas funções e atividades como: as religiosas, as guerreiras e as políticas. Estudar, pois, como o espaço regional passaria a ser assim segmentado por várias hierarquias e divisões sociais, econômicas ou políticas e atravessado por variadas modalidades de conflitos. Como estes conflitos e disputas, para serem estabilizados, implicariam na criação de aparatos jurídicos e normativos que passariam também a cartografar de variadas maneiras este espaço, dando forma a uma geografia dos poderes e da vigilância. Por último, o historiador do regional deveria ficar atento para o que seriam os conteúdos culturais que dariam singularidade a este espaço, último ingrediente a ser levado em conta na hora de se escrever a história da região. Neste caso tratar-se-ia de se observar os mitos, lendas e símbolos que justificariam e sustentariam este próprio recorte regional. Verificar as particularidades lingüísticas, tecnológicas, dos costumes e dos hábitos que se manifestariam nas manifestações culturais coletivas dos habitantes do espaço regional em tela. Dar conta das manifestações artísticas que tentariam exprimir esta dada comunidade, buscando a sua originalidade e sua capacidade de expressar a cor local.¹⁰

Podemos visualizar nestes princípios metodológicos indicados para o historiador do regional e do local, nesta receita de como escrever historiografia regional, alguns pressupostos que também estão presentes no trabalho dos Annales, desde as obras pioneiras de Febvre e Bloch, mas que foram acentuadas no período em que a obra de Braudel¹¹ passou a se constituir na grande referência para o grupo: a inclusão do espaço ou da geografia com o um elemento da análise histórica, embora muito marcado ainda pela idéia de espaço da geografia física, a tentativa de dar conta de todos os níveis da realidade histórica, realizando uma história global, sem estabelecer determinações claras entre os vários elementos analisados, embora a relação entre os homens e a natureza

¹⁰ MATTOSO, José. *Op. Cit.*, pp. 173 e 176.

¹¹ Ver, por exemplo: FEBVRE, Lucien. *O Reno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; BLOCH, Marc. *A Terra e seus Homens*. Bauru: EDUSC, 2001; BRAUDEL, Fernand. *O Espaço e a História no Mediterrâneo*. Lisboa: Martins Fontes, 1988.

seja o ponto de partida dos estudos, e uma visão estrutural do regional, que tende a privilegiar a sincronia em detrimento da diacronia, o tempo de longa duração em detrimento do acontecimento. O espaço, visto como não acontecimental, em grande medida serve de modelo para se pensar uma historicidade que contraditoriamente se dá em reação ao tempo, em reação à mudança, uma historicidade onde se enfatizam as permanências e continuidades, mais do que as rupturas e descontinuidades, uma historicidade lenta e fria em contraposição ao tempo veloz e quente do mundo contemporâneo. A abordagem do regional feita pelos Annales, tal como as abordagens estruturalistas consagradas pelos estudos etnográficos de Claude Levi-Strauss¹², tende a tomar a região a partir da idéia de comunidade em oposição à idéia de sociedade: a região seria vista como este todo ordenado e menos complexo, marcado por estruturas que tendem sempre ao equilíbrio e que lutam contra qualquer mudança introduzida pelo passar do tempo. A região, como uma estrutura, seria composta de vários elementos que se combinariam, se justaporiam, se distribuiriam, se reproduziriam e se organizariam por intercâmbios, mutações e deslocamentos. Ela é pensada como um sistema, onde a diacronia aparece mais como efeito de superfície, através dos acontecimentos de curta duração, notadamente os de caráter político. Mas, como também nos alerta Mattoso, a diacronia que importaria seria aquela que implicaria em mudanças em vários níveis históricos combinados, fraturas em mais de uma camada ou níveis que compõem o todo social e histórico. A imagem geológica, mais do que geográfica do tempo, mal se disfarça. As mudanças se dão por camadas e aquelas que efetivamente importam são as mutações estruturais, mais profundas e mais difíceis de ocorrer. A região tal como aparece tematizada e pensada na historiografia dos Annales não está muito distante da região freyreana, onde também se faz sentir a presença de uma visão comunitária de região e de um tempo mais viscoso e lento, uma região marcada pelo tempo da tradição, da permanência, da semelhança e da continuidade. Mattoso sintetiza assim o que seria uma região e como o autor de uma monografia regional deveria tratar da questão da periodização:

Uma estrutura regional ou local depende do espaço geográfico onde se inscreve, da maneira como seus habitantes se distribuem, reproduzem e organizam, sobretudo do sistema de

¹² LEVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. 2 vols. 6 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

poderes constituídos e das áreas onde eles se exercem, e da sua eventual relação com a produção cultural mesmo nas suas expressões mais gratuitas. No decurso da exposição referi-me várias vezes aos elementos que demonstravam as tensões e equilíbrios alcançados e as conseqüentes alterações do sistema. Ao expor os resultados da sua investigação, o autor da monografia terá de acentuar os períodos para os quais são válidos os dados referidos. Mas é também preciso reunir num capítulo à parte os elementos cronológicos, para reconstituir a evolução global.¹³

A matriz das reflexões sobre o regional e sobre sua historicidade parece ser a mesma tanto em Mattoso, como nos Annales e em Gilberto Freyre: o regionalismo francês do final do século XIX e início do século XX. Em Freyre o regionalismo de Maurice Barrés, autor do livro *Les Déracinés* (1897), de Charles Maurras, fundador da Action Française e Georges Sorel, defensores de idéias antidemocráticas e descentralizadoras. No caso dos Annales e de José Mattoso a marca das reflexões do geógrafo Vidal de la Blache e de sua preferência pelos estudos regionais, é inegável. Em todos estes autores a região é tomada como se fosse uma unidade territorial de base, uma forma de organização espacial quase natural, o resultado da interação entre os homens e uma dada conformação da natureza, que teria resultado numa dada singularidade paisagística, demográfica, econômica, social, política e cultural. Segundo a definição de Vidal de la Blache, a região seria o resultado do emprego que o homem fez da natureza em dado território, vergando-a a seus usos, estabelecendo conexões entre os traços esparsos das circunstâncias locais, trazendo à luz a sua individualidade, tornando-a um conjunto sistemático de forças¹⁴. A região seria um espaço vivido e não um espaço imaginário ou simbólico.

Tanto a abordagem freyreana da região, que poderíamos nomear como uma abordagem etnográfica, com traços românticos e funcionalistas, quanto a abordagem historiográfica estruturalista dos Annales e de Mattoso, assim como a posterior abordagem feita pela geografia crítica de matriz marxista, que a historiciza a partir da

¹³ MATTOSO, José. *Op. Cit.*, p. 177.

¹⁴ MATTOSO, José. *Op. Cit.*, p. 171.

divisão territorial do trabalho e a vê como resultado do desenvolvimento desigual do capitalismo, como produto da valorização ou desvalorização de dadas áreas pelo capital, tomam a região como uma realidade anterior ou pré-existente aos discursos ou aos relatos que a definem, nomeiam, relatam, descrevem, atribuem sentido e significado. A dimensão imaginária, simbólica e hermenêutica da região é obliterada. O fato de que região seja um conceito e que, portanto, admita diferentes definições, distintas concepções em momentos e espaços distintos, não é levado em conta. Se a região nasce de uma dada experiência, de uma certa vivência de um dado espaço, como nos quer fazer pensar Freyre, a experiência só se elabora, só se torna disponível para o outro, só se constitui como experiência social quando articulada, expressa, relatada na e pela linguagem. Se o ser regional se define por uma dada sensibilidade, por uma dada identidade, por uma dada subjetividade, estas são construções que se dão no campo do sentido. Como dirá Heidegger¹⁵ os homens estão aí no mundo antes de qualquer compreensão, de qualquer interpretação, de qualquer sentido, mas só se constituem como sujeitos, só se constituem como humanos porque não se resumem a contemplar as coisas e conviver com elas, estas se constituem para eles em signos que exigem sentido, que cobram compreensão, que os impelem à explicação e ao conhecimento, e estes só são possíveis no campo da linguagem.

A identidade regional não é dada pelo espaço onde se nasce, ela emerge de um trabalho de subjetivação, ela é a constituição de uma dada subjetividade através das relações sociais e da incorporação consciente ou não das narrativas que definem este ser regional. O problema das abordagens estruturais é que elas dão conta muito bem de descrever os elementos que compõem um dado sistema, os aspectos objetivados, inconscientes, recorrentes de uma dada realidade social, mas são incapazes de tratar de como estes elementos são, em **cada** situação dada, lidos, interpretados, subjetivados, compreendidos pelos agentes sociais. A análise dos elementos de ordem estrutural que definem uma região, que a objetivam, não é suficiente para entender como esta região se mantém, é reproduzida, é vivenciada, porque isto se passa no plano das interações simbólicas, no plano do sentido e do significado. Poderíamos dizer, como faz Paul Ricouer, que as abordagens estruturais servem para nos dar a sintaxe da região, mas não a sua semântica. Elas nos apresentam os elementos, mas não nos é capaz de dizer como

¹⁵ HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Parte I. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

estes fazem sentido, como estes são organizados na forma de relatos, sejam relatos de memória, relatos de espaço, relatos literários, relatos sociológicos, relatos geográficos, relatos historiográficos.

A escrita da história regional ou local é, neste sentido, não apenas um trabalho de re-apresentação da região, um trabalho de explicação do regional, mas é um trabalho de elaboração do regional, de ressignificação, de atualização do sentido que a região possa ter, é um trabalho de invenção ou re-invenção do regional ou do local. O historiador recria o passado, não o apresenta tal como ele foi, mesmo aproximadamente ou de modo probabilístico. A leitura do passado se dá no presente e, portanto, modificado pelo seu horizonte de expectativa, pelo seu contexto de significação, de leitura. A historicidade se elabora justamente na produção da distância, na produção da diferença entre passado e presente. A tarefa do historiador não é nos aproximar do passado, mas dele nos distanciar, retrabalhando-o no presente, fazendo este novamente fazer sentido para nosso tempo, um sentido outro do que aquele que teve para seu próprio tempo, sentido irrecuperável em grande medida. Cada vez que nos propomos a fazer história regional estamos, ao mesmo tempo, repondo em discussão, fazendo novamente ressoar e fazer sentido uma dada identidade regional, mas também a estamos modificando a partir da ótica, do olhar, da visibilidade e dizibilidade de nosso tempo, da qual não podemos escapar, embora estas não sejam homogêneas ou unitárias.

As poucas moças ou rapazes prendados aqui presentes sabem que, embora uma receita culinária possa ser sempre a mesma, atualizá-la, realizá-la, inventar a partir dela uma iguaria, materializar o quitute que ela ensina depende da habilidade singular de cada um, depende de como cada um a lê e a pratica. Uma mesma receita pode resultar em saborosas iguarias ou em desastres para o paladar menos apurado. As receitas podem desandar, o que significa que elas andam, mas o fazem de múltiplas maneiras, dependendo de como são compreendidas, de como são praticadas. Isto se deve ao fato de que todas as nossas operações mais cotidianas são mediadas por uma hermenêutica, por uma prática de leitura e de tradução, seja através da linguagem ou de nossas ações. Através delas damos sentido ao mundo, nos damos um mundo, o fabricamos para nele existirmos. As identidades espaciais são fabricações humanas, não estão inscritas na natureza, como algumas abordagens naturalistas parecem indicar. Além do que não há elemento que componha um dado território que não possua historicidade. Até mesmo a

rocha que parece mais imutável é desgastada e modificada pelo tempo. E esta mutação é mais acentuada quando pensamos nas utilidades ou significados que esta rocha já teve ou tem para os humanos. Desde arma ou ferramenta, a mesma rocha pode ser objeto de culto, objeto de fruição estética, ou simples granito com valor econômico na construção civil. O bolo Souza Leão que pode ser para alguém apenas a única comida que tem a mão para matar a fome, pedaço dado como esmola, já foi o símbolo heráldico de uma família de sinhás orgulhosas e cristãs, que tinham no segredo da receita, na exclusividade de um dado saber e de um dado sabor, o símbolo de seu status social diferenciado.

As discussões teóricas e metodológicas em torno da história regional ou local se assemelham a receitas culinárias, que exigem habilidade particular e capacidade de leitura e execução por parte do historiador. Tal como as artes culinárias, a historiografia é um artesanato, é o aprendizado de um saber fazer, que implica o treinamento para a leitura, a compreensão, a interpretação de signos, de textos, de documentos, habilidades necessárias para que a operação historiográfica não desande. Todos aqui já leram trabalhos de historiadores que simplesmente embatumaram, esturricaram e têm um gosto de estragado insuportável. Em minha receita a prática da história regional ou local deve começar pelo questionamento da própria identidade regional ou local, o questionamento da sua existência óbvia, que começa por tornar a identidade da região ou do local o próprio problema do estudo. A primeira atitude do historiador regional deve se voltar para uma análise crítica de sua própria prática, pela verificação de que tipo de comprometimento tem o seu trabalho com os discursos, com as narrativas e com as forças políticas e sociais que sustentam um dado recorte regional. A história regional ou local só têm sentido de ser praticadas se põem em questão o caráter naturalizado do espaço regional de que partem, se questionam a própria idéia de identidade regional. Se um espaço é histórico ele não pode permanecer idêntico a si mesmo, como requer o discurso da identidade. Circunscrever um dado objeto ao espaço Rio de Janeiro, seja enquanto cidade, seja enquanto Estado, requer pensar a validade deste recorte espacial em relação ao tema que é abordado. Tomar uma divisão político-administrativa como recorte espacial válido para tratar de acontecimentos econômicos e culturais, apenas repõe acriticamente e naturaliza estes limites espaciais. Se os historiadores têm se

debruçado cada vez com maior cuidado sobre a questão da periodização, deveríamos fazer o mesmo em relação à espacialização de nossos objetos.

Trabalhar com a história da região requer mais, requer pensar, por exemplo, de que Rio de Janeiro se está falando. Rio de Janeiro não é um simples nome próprio, uma palavra neutra – esta não existe. Rio de Janeiro é um conceito espacial, que emergiu historicamente em um dado momento, é um acontecimento ou uma série de acontecimentos, e que passou por inúmeras leituras ao longo da história. Se em 1808 o Rio de Janeiro se torna a sede da Coroa portuguesa, em 1822 torna-se a capital do Império do Brasil, para onde todas as elites queriam confluir, no fim do século XIX é contra ele, contra o caráter centralizador e absorvente do regime que aí está instalado, que as identidades regionais começam a se elaborar. Se a cidade do Rio de Janeiro já foi a cidade maravilhosa, sonho de vida de muitos paraíba, hoje é a cidade para a qual muitos têm medo de vir. Se o Estado da Guanabara foi criado e depois deixou de existir, há motivos históricos, há práticas e discursos que legitimaram e deslegitimaram a sua existência. Em pesquisa feita nos anos oitenta, pela revista *Isto É*, os leitores majoritariamente não queriam que o Rio de Janeiro fizesse parte do país, enquanto a maioria montava o seu Brasil com a presença de São Paulo. Para um fato como este há explicações no campo econômico, no campo político, mas ele é ininteligível fora de uma análise da construção destes espaços pelas narrativas, pelos discursos que circulavam no país. Este é um acontecimento quem tem a ver com a análise dos sentidos e dos significados sociais dados ao recorte espacial Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro é um espaço composto por um conjunto de textos e imagens, que metonimicamente o significam, e que se modificam ao longo do tempo. Se a cidade do Rio de Janeiro é o Cristo Redentor, o Pão de Açúcar, Copacabana, o Maracanã, praias, sol e favelas, já foi em outro momento a cidade da Rua do Ouvidor, da Gamboa, do porto, dos negros trabalhadores e vendedores de rua. Embora estes lugares e personagens não deixem ou não deixaram de ter existência real, seu caráter de síntese ou resumo de uma identidade local ou regional só se constitui no plano das narrativas, no plano da escrita da e sobre a cidade.

Este texto é apenas o rascunho de uma receita, já que dizem que estas não existem, para quem quer trabalhar com a questão das identidades regionais ou locais, ou para quem tem, como nós historiadores, que afrontar a historicidade dos espaços.

Espero que vocês, moças e rapazes cristãos e prendados nas artes da historiografia, possam tomá-la apenas como uma provocação ao pensamento e à fala, como uma incitação ao apetite da pesquisa e da discussão, que este texto seja tomado como fermento para o debate, o tomem à guisa de introdução às discussões de um tema tão controverso como o das identidades. Eu o guisei com a intenção de ser uma provocação não só à razão mas aos sentidos também. Espero que ler este texto não leve o leitor a querer me fazer em picadinho, nem exija um sacrifício na leitura que deixe quem por ele se aventurar todo ensopado de suor. Espero que lê-lo tenha sido pelo menos doce.